



A "SOCIOLOGIA DA VIOLÊNCIA" NO CEARÁ: MAPEAMENTO DE GRUPOS DE PESQUISA E PRODUÇÃO ACADÊMICA (2012-2022)

Wanderson Lucas Souza Silva¹

Nicole Antônia Freire Da Silva²

Maria Júlia Duarte De Castro Pereira³

Francisco Thiago Rocha Vasconcelos⁴

RESUMO

Este projeto teve como objetivo realizar uma análise da produção acadêmica sobre segurança pública no Ceará nos últimos dez anos (2012-2022) na área das Ciências Humanas, com ênfase nas Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia). O levantamento bibliográfico foi realizado em três fontes: 1) grupos de pesquisa e currículo lattes de pesquisadores; 2) banco de teses e dissertações; 3) revistas acadêmicas. Com base neste levantamento se buscou sistematizar os principais eixos temáticos, conceituais e metodológicos, bem como o perfil dos autores em sua relação com gestão pública e sociedade civil organizada. O percurso das pesquisas reunidas neste período apresenta pontos em comum: a transição do fenômeno das gangues para o das facções e as ideias de incremento da crueldade e de governança criminal. Mas há também algumas diferenças, seja de abordagem (governança criminal e arranjos/mercados criminais), mas especialmente uma menor ênfase na ideia de violência difusa e uma associação maior com a estruturação de uma sociedade marcadamente dividida entre quem está protegido da violência e quem é alvo. Nesse sentido é que se percebe a inclusão de referenciais que tematizam segregações a partir do racismo e da necropolítica, acionados para dar conta do alto nível de letalidade existente nas relações entre facções, população e Estado. A análise das produções acadêmicas, possibilitou, igualmente, mapear alguns acontecimentos que contribuem para a compreensão da última década, como a crise de legitimidade do Ronda do Quarteirão, a paralisação (greve) da Polícia Militar em 2011, o movimento "Fortaleza Apavorada" em 2013, a emergência das facções como um fenômeno territorialmente capilarizado e o incremento do mercado de drogas inauguraram um momento de disputa pelos contornos da violência como problema público na capital e no estado.

Palavras-chave: sociologia; violência; segurança pública; Ceará.

UNILAB, IH, Discente, lucassktrap@gmail.com¹

UNILAB, ICSA, Discente, nicolefreire050717@gmail.com²

UNILAB, ICSA, Discente, majucastro@aluno.unilab.edu.br³

UNILAB, ICSA, Docente, fvasconcelos@unilab.edu.br⁴



INTRODUÇÃO

O campo de estudos sobre segurança pública no Brasil se expandiu de maneira acentuada nos últimos 30 anos, com diversificação de temas, conceitos, métodos e incremento da incidência política. Este fenômeno esteve associado tanto à expansão universitária, com a criação de laboratórios, núcleos ou centros de pesquisa sobre diferentes aspectos da violência, do crime e da segurança pública, como à criação de um subcampo de políticas públicas através de redes entre universidades, sociedade civil, policiais, gestores públicos e atores políticos que convergiram ou divergiram em torno das prioridades de reforma organizacional e gerencial.

Partimos de uma visão geral dos estudos sobre crime, violência e segurança pública no Ceará desde os anos 1980 (VASCONCELOS, 2023), que se desenvolveu em quatro direções: 1. sociologia do conflito e da cultura com viés etnográfico na análise de trajetórias de sujeitos com envolvimento no crime; 2. uma sociologia da juventude e do mundo urbano através da violência como transgressão, positividade e linguagem; 3. uma análise de políticas públicas orientada para o ensino policial e o paradigma da “segurança cidadã”; e a 4. recente emergência de estudos em psicologia social e comunitária, com incorporação do conceito de necropolítica e da economia do crime.

A principal hipótese da pesquisa, para a compreensão da última década, diz respeito a como a crise de legitimidade do Ronda do Quarteirão, a paralisação (greve) da Polícia Militar em 2011, o movimento “Fortaleza Apavorada” em 2013, a emergência das facções como um fenômeno territorialmente capilarizado e o incremento do mercado de drogas inauguraram um momento de disputa pelos contornos da violência como problema público na capital e no estado. Esses eventos e processos repercutiram tanto no campo das políticas públicas de segurança implementadas, deslocando o Ceará Pacífico a uma trajetória de endurecimento repressivo e a reestruturações nas agências de segurança pública e penitenciárias, como no campo de estudos, ocasionando inflexões importantes.

Um dos efeitos é que, mesmo com o desenvolvimento do Programa Ceará Pacífico a partir de 2015, parece ter havido um refluxo (mas não um esgotamento) da tendência no estudo sobre segurança pública na perspectiva da organização e da ação policial. Desde então, o lugar social da juventude negra e pobre de periferia como fração envolvida em violências, como agentes e vítimas, faz parte das principais preocupações de agendas de pesquisa e intervenção; o que talvez possa ser interpretado como o capítulo cearense da “virada antirracista” (SINHORETTO et al, 2020; CARVALHO, 2021) na produção acadêmica brasileira nesta área específica.

É um período também da assunção de uma segunda geração de pesquisadores na universidade e seu diálogo com uma terceira geração, o que consolida tradições de reflexões anteriores, mais afinadas a ideia de uma análise pela via da segurança cidadã e da educação policial, mas também potencializa mudanças e induz a uma maior diversidade (convergente ou concorrencial) com outras áreas de conhecimento e perfis de atuação. A Psicologia e a Economia, por exemplo, ingressam com força no campo, como duas tendências lastreadas em repertórios dissonantes: a Psicologia, em diálogo com parte das Ciências Sociais, enfatizando a crítica aos dispositivos de segurança, a governamentalidade neoliberal e a necropolítica (FOUCAULT, 2008; MBEMBE, 2018), e a Economia repercutindo o viés da escolha racional e do homo economicus a partir de Gary Becker (1968).

O período demarca, nesse sentido, uma realidade de mudanças de ênfases temáticas, conceituais, metodológicas, de objetos de pesquisa, diálogos interdisciplinares e na relação pesquisa-intervenção.

METODOLOGIA



Do ponto de vista metodológico, a intenção foi contribuir para superar as antinomias entre a história das ideias e a sociologia da ciência e dos intelectuais, ao apontar para uma relação complexa entre a produção de conhecimento, a formação de redes ou coletividades de pesquisadores, as trajetórias de vida, as posições institucionais e os projetos políticos em pauta. Grosso modo, a produção nestas áreas se divide entre uma posição internalista - que aborda o pensamento através da leitura interna de obras, da sua arquitetura conceitual e argumentos, individualmente ou em relação com outras obras -, e uma posição externalista - que investe na análise das condições sociais de produção das obras, considerando o perfil sociológico dos agentes, suas representações e práticas sociais, e o espaço particular em que estão inseridos. Mais que fronteiras rígidas, configuram-se antes como posições polares que se combinam de modo mais ou menos equilibrado em cada trabalho. Porém, há uma tensão permanente entre a ótica que esvazia uma obra de qualquer contexto e a que se centra especialmente no contexto, abdicando de uma incursão mais aprofundada no plano das ideias.

O presente trabalho se dedicou à análise das ideias de maneira “internalista”, mas buscando não separá-la da análise dos processos de criação e institucionalização de disciplinas em meio às disputas internas ao meio científico, mas também considerando as interseções da ciência com o campo político e organizacional da segurança pública e justiça criminal. A pesquisa foi implementada como revisão de literatura, de caráter bibliográfico e recorrendo também a outras fontes de informação. As etapas da metodologia foram: 1. Pesquisa de grupos de pesquisa nos sites institucionais das universidades cearenses e diretório de grupos de pesquisa do CNPq; 2. Pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES; 3. Pesquisa em revistas acadêmicas; 4. Sistematização dos resultados em planilhas de Excel. 5. Discussão e organização dos resultados.

Organizamos reuniões duas vezes por mês para discussão de textos selecionados. Reunimos também dados em planilha Excel, a partir do qual criamos gráficos comparativos e de tendências de produção, como maneira de compreender linhas hegemônicas de reflexão que se dão em continuidade e, aos poucos, perceber a consolidação ou a mudança nas ênfases interpretativas, conceituais, metodológicas e temáticas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O percurso das pesquisas reunidas neste período apresenta pontos em comum: a transição do fenômeno das gangues para o das facções e as ideias de incremento da crueldade e de governança criminal. Mas há também algumas diferenças, seja de abordagem (governança criminal e arranjos/mercados criminais), mas especialmente uma menor ênfase na ideia de violência difusa e uma associação maior com a estruturação de uma sociedade marcadamente dividida entre quem está protegido da violência e quem é alvo. Nesse sentido é que se percebe a inclusão de referenciais que tematizam segregações a partir do racismo e da necropolítica, acionados para dar conta do alto nível de letalidade existente nas relações entre facções, população e Estado.

A partir de 2014/2015, é possível identificar uma reorientação no que concerne aos objetos de pesquisa no campo da sociologia da violência no Estado. O que era composto por um amplo leque de questões e temáticas no bojo da violência, passa a concentrar-se, de forma incisiva, nos fenômenos em torno das facções, tendo em vista que é neste mesmo período que tais grupos emergem no cenário criminal do Estado. É possível apontar que essa transformação nas dinâmicas de violência no Estado produziu repercussões significativas no campo de estudo em questão, como ampliação de pesquisadores e pluralização das perspectivas teóricas e conceituais.

No que concerne às perspectivas teóricas e conceituais, foi possível observar, com base nas bibliografias



analisadas, uma ampliação e inserção de novas perspectivas que, anteriormente a 2015, não estava presente, ou pelo menos não de forma relevante, nas interpretações das dinâmicas de violência e crime no Estado. De modo mais evidente, destaca-se à categoria de “raça”, a noção de território como dimensão a ser governada e o conceito de “estado de exceção”. Dessa forma, alguns referenciais não necessariamente do campo da “violência” passam a compor o leque conceitual de parcela significativa dos trabalhos estudados, respectivamente: Achille Mbembe, Michel Foucault, Giorgio Agamben. Tais movimentos teóricos intensificaram a crítica à violência de Estado, deslocando do eixo da violência no âmbito da sociedade civil, que faz parte do pressuposto da concepção de violência difusa.

Além disso, há um ganho de complexidade em investimentos de pesquisa paralelos, que não se enquadram propriamente no fenômeno das facções criminais, mas que lhes são conexos. De início, localizamos três subtemas de produção: 1) a relação entre facções, população e polícia; 2) estudos de trajetórias de “envolvidos” com o crime; 3) o estudo de articulações criminais e suas racionalidades e performances, como no caso de quadrilhas associadas em assaltos à banco, conhecidas como “Novo Cangaço”; 4) estudos sobre formação, atuação e condição policial.

Foi preciso, em um segundo momento, ir além e melhor discernir as mudanças e continuidades na produção. Isto foi realizado após o relatório parcial. Um passo inicial foi incluir a própria “pacificação” e os “salves” das facções em 2016 como um dos fatores que realinharam as agendas de pesquisa. Em seguida, os estudos sobre policiamento, da transição do Ronda do Quarteirão para o novo cenário de ações policiais e de planejamento da segurança pública, incluindo os estudos sobre racismo e polícia. Por fim, planejava-se dar continuidade com estudos sobre sistema penitenciário que, além de evidentes conexões com facções criminais, foi alvo de grande reforma institucional, com a criação de novos presídios e uma Secretaria de Administração Penitenciária.

O Ceará Pacífico, inicialmente liderado pela vice-governadoria com apoio das Ciências Sociais e Direitos Humanos, propôs a criação de Territórios da Paz e Unidades Integradas de Segurança (UNISEG) para promover a prevenção da violência. No entanto, a Secretaria de Segurança Pública (SSPDS) priorizou uma política mais repressiva, com destaque para a expansão do CPRaio. Isso levou ao enfraquecimento do Ceará Pacífico e à adoção de um modelo de segurança orientado por uma lógica empresarial-militarizada, culminando na tragédia de Milagres em 2018. Em resposta, o governo introduziu a Nova Estratégia de Segurança Pública (NESP), com foco em tecnologia e vigilância, mas mantendo a mesma orientação repressiva.

A gestão de Camilo Santana, ao se afastar das propostas originais do Ceará Pacífico, voltou-se para um policiamento repressivo baseado no direito penal do inimigo e na prevenção situacional, reforçando a exclusão de grupos considerados de risco. Esse modelo de segurança pública, influenciado por uma visão tecnocrática e economicista, prioriza o controle sobre a prevenção social e os direitos civis. A ênfase no uso de tecnologias de vigilância e na repressão de comportamentos “desordeiros” reforça um urbanismo segregador, onde a segurança é tratada como mercadoria acessível apenas para alguns.

Essa conjuntura complexa de reformas e novas políticas no campo da segurança pública no Ceará reflete as tensões entre diferentes abordagens e a necessidade de um debate mais aprofundado sobre as direções futuras do controle do crime e da justiça criminal no estado.

CONCLUSÕES

A partir de 2010, novos enquadramentos políticos para a violência urbana surgiram, em Fortaleza, a partir da expansão das facções, dos movimentos de vítimas de violência, de policiais e de agentes penitenciários.



Novas orientações políticas se desenvolveram. Na segurança pública, uma convivência ambígua entre, de um lado, projetos de prevenção social e, de outro, de cerco às periferias por meio da vigilância. O discurso que propõe a democratização do campo (segurança cidadã), passa a conviver com um novo senso comum gerencialista que ganha apoio em teorias econômicas sobre o crime; no setor penitenciário, uma reforma disciplinadora que retira do centro a ideia de ressocialização em nome do controle das facções. Na produção de conhecimento surgiram grupos de pesquisadores e atores políticos em um novo arranjo de forças nas relações de denúncia, crítica e consultoria. O período foi marcado pela pesquisa-intervenção e pela incidência no debate público com foco no extermínio da juventude negra, com radicalização do viés extensionista e das pautas de movimentos sociais, e também por pesquisas em “economia do crime”, georreferenciamento e “ciência de dados”, em um papel gerencialista na segurança pública e justiça criminal.

Esta pluralidade não pode ser resumida a uma tendência de política criminal coesa, unidirecional. Duas ênfases se destacam: o apelo à insegurança das classes médias e a violência difusa e a reestruturação de políticas públicas de segurança com base na redução das desigualdades sociais e riscos de vitimização através um previdenciarismo não penal vinculado aos direitos das vítimas de violência nas periferias urbanas. A qualificação de políticas públicas para dar conta desses fatores é o ponto chave de um campo do controle do crime em disputa por diferentes orientações, mas cuja pluralidade permite, ainda, a construção de frentes de colaboração que recusem o viés de uma ciência oficial e corporativa de Estado sobre a segurança pública.

AGRADECIMENTOS

Expressamos nosso agradecimento ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/UNILAB e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por viabilizarem a realização da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Gabriela Costa. Perfis, permanências e transformações: como os estudos de violência discutem a categoria raça no Brasil. 2021. 165 f., il. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.
- FOUCAULT, Michel. Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- MBEMBE, Achille: Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- SINHORETTO, Jacqueline; BATITUCCI, Eduardo; CARUSO, Haydée; ZILLI, Luís; AZEVEDO, Rodrigo. Policiamento e relações raciais: estudo comparado sobre formas contemporâneas de controle do crime. Universidade Federal de São Carlos, Relatório, Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos, 2020.
- VASCONCELOS, FRANCISCO THIAGO ROCHA . A Sociologia da Violência no Ceará ontem e hoje desafios e perspectivas. Revista de Ciências Sociais (UFC) , v. 54, p. 297-344, 2023.